

Os investimentos diretos estrangeiros na China e no Brasil nos anos de 1990: uma análise comparativa de sua evolução

LANSANA SEYDI

Doutor em Economia Internacional, Professor do Curso de Administração de Empresas da Universidade Gama Filho/ Rio de Janeiro
lanseydi@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa a aplicação da teoria da abertura comercial nos países emergentes da Ásia e da América Latina, em especial na China e no Brasil, em um processo de globalização. A aplicação dessa política é feita, diferentemente na China e no Brasil, em função das especificidades de cada país. Essas especificidades são responsáveis pela criação, na China, das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) para maximizar os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs). Estes investimentos desempenharam uma função muito importante para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Houve, ainda, o crescimento do comércio chinês gerando a exportação de bens, com ênfase nos produtos tecnológicos. Quanto ao Brasil, a falta de políticas econômicas internas orientadas não resultou como, na China, em um forte crescimento do PIB e do comércio.

Palavras-chave: investimentos diretos estrangeiros; zonas econômicas especiais; zonas de desenvolvimento econômico e técnico; liberalismo; China e Brasil

Foreign direct investment in China and Brazil during the last decade of the 20th century: a comparative analysis and evolution

Abstract

This article analyses the application of trade liberalization theory in the emergent countries of Asia and Latin America, in particular in China and Brazil, in a globalization process. The application of these policies has been carried out differently in China and Brazil, according to the specificities of each country, specificities which have led China to create the special economic zones (ZEE- abbreviation in Portuguese) and zones of economic and technological development (ZDET- abbreviation in Portuguese) to attract more direct foreign investments (IDEs – abbreviation in Portuguese). These investments have very performed an important function in the growth of the gross domestic product (PIB – abbreviation in Portuguese), thus permitting exports of goods with strong technological content in China. However, in the case of Brazil, the absence of guided internal economic policies in this direction did not favor strong growth of the PIB and trade in respect to China.

Keywords: direct foreign investments; special economic zones; economic and technological development zones; liberalism; China and Brazil

A China e o Brasil são dois países emergentes na economia mundial. Nos últimos 20 anos, esses países conseguiram melhorar sua economia nacional graças à abertura aos investimentos estrangeiros. Aliás, a China é a terceira potência econômica mundial, passando do 32º ao 4º lugar, pois seu Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em seis vezes mais que há 20 anos. Portanto, é uma economia aberta e orientada para o mercado (LLADSER, 2000). A China ocupa o 2º lugar mundial em Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e, ao mesmo tempo, é o 8º país investidor do mundo.

O Brasil ocupa o 9º lugar da economia mundial, é o primeiro país em recebimento de IDE na América Latina e também fez reformas para atender às necessidades requeridas pelo mercado financeiro. Essas reformas coincidem com a chegada do presidente sócio-democrata, Fernando Henrique Cardoso, em 1994, que inseriu o país na lógica do consenso de Washington, em 1990 e 1992. (ZANTMAN; TROTIGNON, 2002).

Tanto na China como no Brasil foram feitas diversas concessões por meio de vantagens fiscais para atrair os IDE e acelerar o processo do crescimento. Desta forma, na China, uma parte dos benefícios das empresas é destinada ao autofinanciamento das multinacionais.

Neste sentido, o Estado Central da China, que acordou com uma “fome do desenvolvimento” após a morte de Mao Tse Tung em 1976, manifesta uma verdadeira vontade de desenvolvimento que não seja baseada unicamente na mão de obra abundante e barata, o que não é o caso do Brasil.

Para desenvolver melhor este trabalho, o objetivo proposto articula uma análise comparativa de quatro grandes eixos: os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na China e no Brasil, os Investimentos Diretos da China no Brasil, os Investimentos Diretos do Brasil na China e a estratégia das Empresas Transnacionais (ETN).

Neste trabalho, a metodologia adotada é quantitativa por meio de levantamentos, buscas e análises de dados em bases nacionais e internacionais. A metodologia adotada combina pesquisa empírica e bibliográfica. A revisão bibliográfica compreendeu a leitura de livros, de revistas científicas, de teses, de periódicos eletrônicos, de documentos diplomáticos e estatísticos.

Os principais resultados deste trabalho não estão voltados para a verificação da teoria econômica liberal, a qual afirma que, quando um país abre seu mercado, recebe mais IDE. Essa teoria é verificada na China, mas

não se aplica à situação observada no Brasil, indicando um fluxo de investimentos estrangeiros bem maior naquele país.

As zonas econômicas especiais são um fator determinante na atratividade dos investimentos diretos estrangeiros na China. Assim, o Brasil torna-se menos atrativo em comparação à China por não possuir essas zonas. As políticas econômicas adotadas por cada país, que acompanham a abertura ao capital estrangeiro, fazem a diferença entre ambos.

1. Evolução dos investimentos diretos da China e do Brasil

No final dos anos 70 do século XX, o líder chinês Deng Xiao Ping começou a fazer uma reforma do sistema econômico, pois o país estava hermeticamente fechado aos investimentos estrangeiros. Essa reforma conduziu o país ao crescimento que conhecemos hoje, com o PIB de 11% e uma entrada maciça de IDE.

A maioria dos países emergentes abriu sua economia ao capital estrangeiro, como é o caso da China e do Brasil. Mas, pode essa abertura econômica conduzir a um maior crescimento e desenvolvimento do comércio? A resposta deve ser dada com cautela, pois os resultados são diferentes na China e no Brasil devido às políticas internas e às diferentes realidades regionais e nacionais.

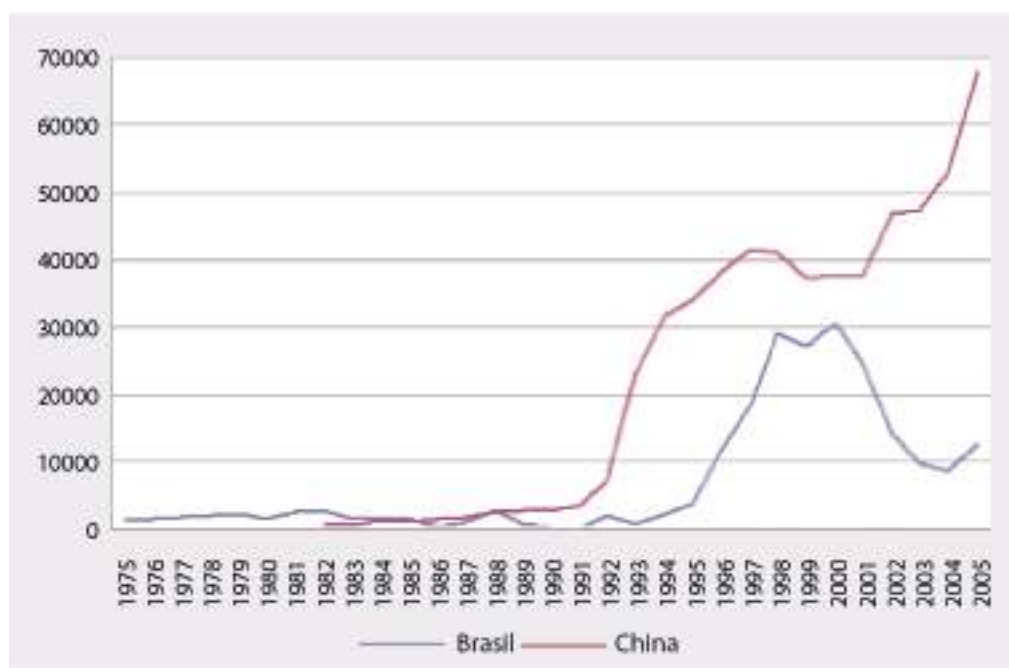
No tocante aos efeitos positivos dos IDEs, não há consenso entre os economistas. Para os neoliberais, os IDEs têm efeitos positivos nos países que os recebem. Essa não é a posição da Escola da Dependência (SALAMA, 1990) nem dos economistas do desenvolvimento. Entende-se sobre essa questão – o legado positivo dos IDEs – uma posição

de equilíbrio em relação às opiniões dos neoliberais e dos desenvolvimentistas, mas, quando se trata da abertura econômica dos países ao capital estrangeiro, o que se questiona é o “como”, ou seja, como abrir o mercado à concorrência indiscriminadamente sem permitir que o país corra o risco de destruição econômica. Na China, o Estado marxista e centralizador controla e orienta os IDEs. No caso do Brasil, há controle dos IDEs, mas não a orientação em determinados setores da economia. Na China, se um investidor quiser investir em tecnologia de baixa qualidade, como a da indústria de bebidas, o país não permite isso, pois já dispõe de tecnologia para desenvolvê-lo.

A combinação de uma economia de mercado – capitalista ou liberalista – e de um regime socialista à moda chinesa é uma experiência sem precedentes no mundo. Isso nos mostra quão atrativa a China se torna em relação aos IDEs.

No gráfico 1, há uma evolução diferente das curvas dos IDEs da China e do Brasil. Essa evolução maior da curva da China em relação a do Brasil é explicada pelo maior volume de entrada dos IDEs. Isso explica a grande diferença sustentável mostrada pela evolução da curva causada pela política interna das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET). Essas zonas elevaram, a partir dos anos 90 do século anterior, a curva da China, distanciando-a da do Brasil.

A implementação das ZEEs e das ZDETs desempenharam um papel muito importante na atratividade dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na China, pois gerenciam o capital estrangeiro. Como o próprio nome indica, as zonas econômicas especiais detêm certo privilégio em



Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

Gráfico 1 – Evolução dos Investimentos Diretos Estrangeiros Brasil-China (em milhões de US\$)

relação às outras regiões na China. Nessas regiões, o governo central adota políticas especiais que as autorizam a funcionar sob sistemas econômicos e de gestão diferenciados.

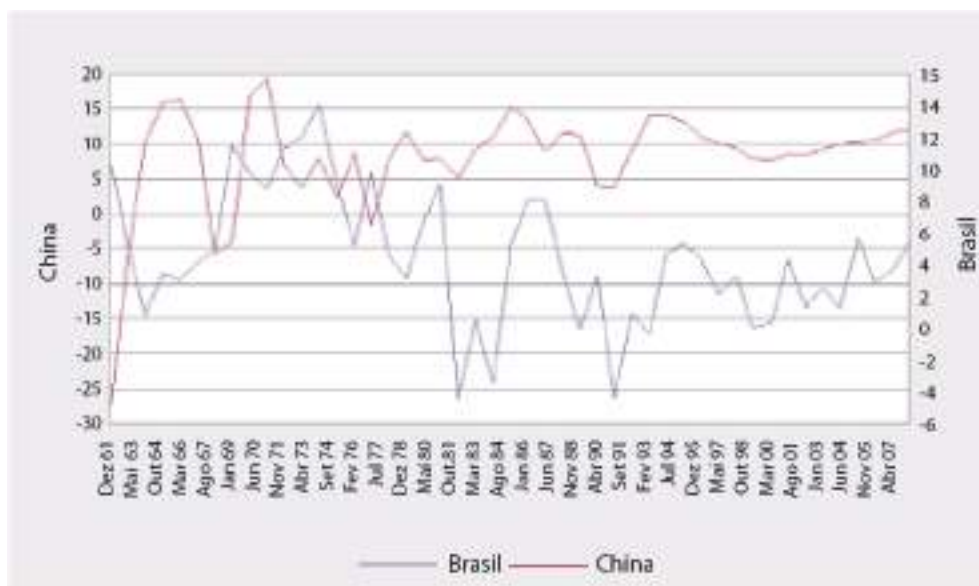
O governo central classifica e confia a gestão das zonas econômicas especiais às autoridades locais nas províncias. Essas zonas são projetadas para as exportações de produtos acabados e desempenham uma dupla função na economia chinesa, o que não acontece na economia brasileira. São a “vitrine” do crescimento dos IDEs e das importações de tecnologias avançadas, o que não ocorre no Brasil, conforme demonstra Gráfico 1. Observa-se, nesse gráfico, que o período de forte crescimento dos IDEs, de 1994 a 2000, corresponde à mesma época de privatização das empresas públicas no Brasil. Após a saturação das vendas das empresas públicas, constata-se um declínio dos IDEs no Brasil até o ano de 2003, quando voltou a confiança no país com a chegada do petista Luis Inácio Lula da Silva.

Por sua natureza, as ZEEs representam os lugares nos quais os IDEs se concentram. Assim, mais de 200 empresas multinacionais investiram em 400 projetos industriais. A economia das ZEE se desenvolve mais rapidamente, com índices que crescem mais que a média nacional. Com sua posição geográfica privilegiada e sua proximidade dos grandes centros de transportes e dos grandes centros urbanos, essas zonas registram um ritmo de desenvolvimento muito importante para a China.

As empresas autorizadas a serem implantadas nas ZEEs são as sociedades sino-estrangeiras, ou seja, as empresas estrangeiras que se unem às chinesas, ou as empresas estritamente estrangeiras. O que nos parece normal na medida em que essas zonas foram feitas para atrair os IDEs e tiveram um impacto positivo na economia da China. Um dos maiores impactos observa-se pelo fato de os lugares onde as reformas econômicas foram aplicadas servirem como uma espécie de laboratório.

As ZEEs são zonas geográficas específicas e delimitadas, nas quais suas reformas econômicas são testadas com o intuito de se verificar o seu funcionamento. Se as reformas forem bem sucedidas, então as ZEEs são estendidas para outras regiões geográficas ou territoriais e, se não apresentarem bons resultados, os estragos ficam minimizados e limitados apenas às áreas de teste.

No caso específico da China, as reformas econômicas deram certo e foram estendidas às outras regiões, contribuindo bastante para a evolução da taxa de crescimento do PIB e do comércio, conforme observa-se nos gráficos 2, 3 e 4 a seguir. Considera-se, a respeito da taxa do crescimento do PIB da China e do Brasil, com base no Gráfico 2, que há uma forte estabilidade na economia brasileira, embora haja uma evolução ondulatória para os dois países até 1991. A partir daí, houve um crescimento ascendente e regular devido às políticas econômicas adotadas pela China.



Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB da China-Brasil

Os dados do Gráfico 2 também demonstram que o Brasil cresceu mais que a China nos anos 60 do século passado. Isso se explica pela falta de políticas econômicas internas voltadas para o crescimento da economia na China, a qual passava pelo período do regime político de Mao, que morreu em 1976.

O ano de 1976 marca o início da política de abertura econômica na China engajada pelo sucessor do Mao, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado. As reformas econômicas de Deng Xiao Ping, presidente da China que autorizou a abertura do país, têm contribuído significativamente para o forte crescimento

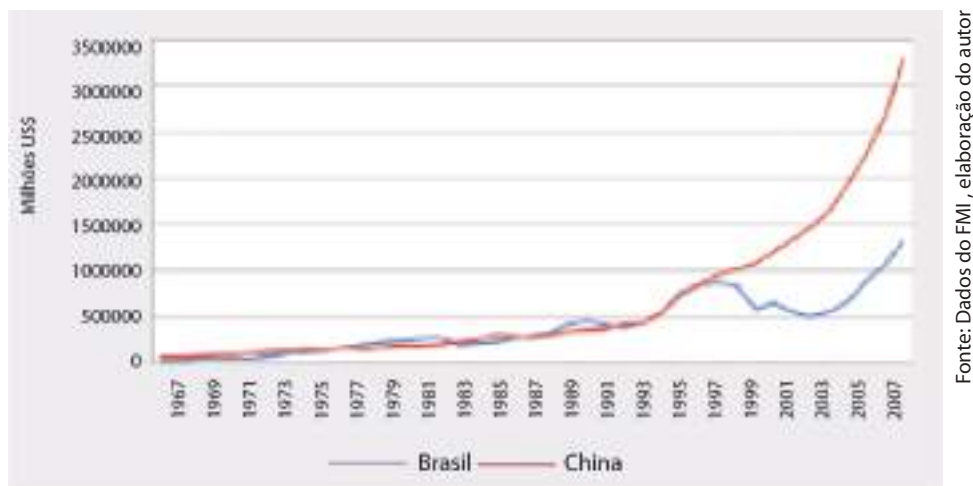
do PIB da China, enquanto os anos 80 foram considerados como a década do declínio econômico no Brasil. Esse declínio foi causado pela política monetária – a hiperinflação –, provocando assim a queda da taxa do crescimento nessa mesma época.

Observamos no Gráfico 3 que, entre 1967 e 1995, os PIBs do Brasil e da China andavam na mesma direção. De 1995 e 1998, o crescimento chinês acelerou enquanto o do Brasil stagnou e tendeu ao declínio de 1999 a 2002. Houve uma recuperação no crescimento do Brasil a partir de 2003. A má performance do Brasil, a partir de 1995, foi atribuída às crises do balanço de pagamentos, conhecidas pelos países

emergentes, e às políticas restritivas internas de luta contra a inflação. Essas políticas provocaram uma valorização da taxa de câmbio e inibiram os investimentos que propiciassem a manutenção do ritmo de crescimento econômico.

As medidas econômicas tomadas na China permitiram ao país ter maior crescimento do PIB em relação ao do Brasil, embora tenha havido certa retomada do crescimento

do PIB no Brasil a partir de 2003, conforme mostra o Gráfico 3. A aceleração do crescimento da China coincide com o aumento da participação do comércio total chinês no percentual do PIB. Isso demonstra que as políticas de estimulação do comércio internacional são importantes para promover um crescimento econômico elevado, como se observa na China. A estagnação do comércio internacional brasileiro



Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

Gráfico 3 –Evolução do PIB entre a China e o Brasil entre 1967 e 2007 (em milhões de US\$ corrente)

explica também a suspensão do crescimento do seu PIB.

No tocante ao PIB por habitante, o do Brasil é maior que o da China, como demonstrado no Gráfico 4. Porém, o PIB por habitante da China está crescendo acentuadamente desde o início dos anos 80. Se o crescimento da China continuar muito forte, como o registrado nestes últimos anos, em média, 11% ao ano, é possível que os chineses alcancem o mesmo PIB por habitante do Brasil, o qual mascara as imensas desigualdades sociais brasileiras.

O elevado PIB por habitante não significa necessariamente uma boa repartição das riquezas do país. As desigualdades sociais existentes na China revelam, como no Brasil, os índices de concentração de renda, sendo que a

realidade brasileira ocupa os primeiros lugares no *ranking* da má distribuição de renda.

A comparação entre o desempenho do crescimento do PIB e da taxa de desemprego do Brasil e de outros países do BRIC – Rússia, Índia e China – que não adotaram a mesma política de meta de inflação, como o Brasil, mostra que, se a inflação foi controlada no Brasil, os outros países também conseguirão a estabilidade dos preços com um forte crescimento do PIB, conforme indicado na Tabela 1.

Considerando unicamente o período da meta inflação² e levando em conta o coeficiente de variação do PIB, observamos que, nesse período, a taxa de crescimento do



Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

Gráfico 4 – Evolução do PIB por habitante na China e no Brasil (em US\$)

PIB no Brasil é a menos elevada, mas também o país apresenta um coeficiente de variação do PIB elevado, ou seja, a dispersão em torno da média do PIB é elevada. No caso do Brasil, a partir de 2004, o país manteve uma taxa de crescimento do PIB acima de 4%.

O crescimento do PIB brasileiro de 2004 a 2007 é explicado por dois fatores que não são sustentáveis a médio e a longo prazo: de um lado, o extraordinário aumento dos preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil e, de outro lado, o crescimento do mercado interno, causado pelas políticas de redistribuição de renda adotadas pelo go-

verno a partir de 2003, com o aumento do salário mínimo, o programa Bolsa Família e o crédito consignado.

1.1 Investimentos Diretos da China no Brasil

A China tem muito dinheiro, pois suas reservas ultrapassam os US\$ 2 trilhões. Uma parte significativa está financiando milhares de investimentos públicos em infraestrutura, gerando emprego e renda. Não há risco de inflação nem de descontrole monetário, já que o governo central ostenta um superávit de 10% em suas contas, que

Tabela 1 – Comparação entre a taxa do crescimento do PIB e a taxa de desemprego entre o Brasil e os países do grupo BRIC que não adotaram a meta inflação de 1999-2007¹

Período	Brasil		China		Índia		Rússia	
	PIB	Desemprego	PIB	Desemprego	PIB	Desemprego	PIB	Desemprego
1999	0,25	8,3	7,60	3,1	6,92	-	6,40	12,4
2000	4,31	7,9	8,40	3,1	5,69	-	10,00	10,7
2001	1,31	6,8	8,30	3,6	3,89	-	5,10	9,1
2002	2,66	7,9	9,10	4,0	4,56	-	4,70	8,0
2003	1,15	12,3	10,00	4,3	6,86	-	7,30	8,3
2004	5,72	11,5	10,10	4,2	7,89	-	7,20	8,1
2005	3,16	9,8	10,40	4,2	9,13	-	6,40	7,6
2006	3,75	10,0	11,60	4,1	9,82	-	7,40	7,2
2007	5,42	9,3	11,90	0,0	9,34	-	8,10	-
Média	3,08	9,3	9,71	3,40	7,12	-	6,96	8,93

Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

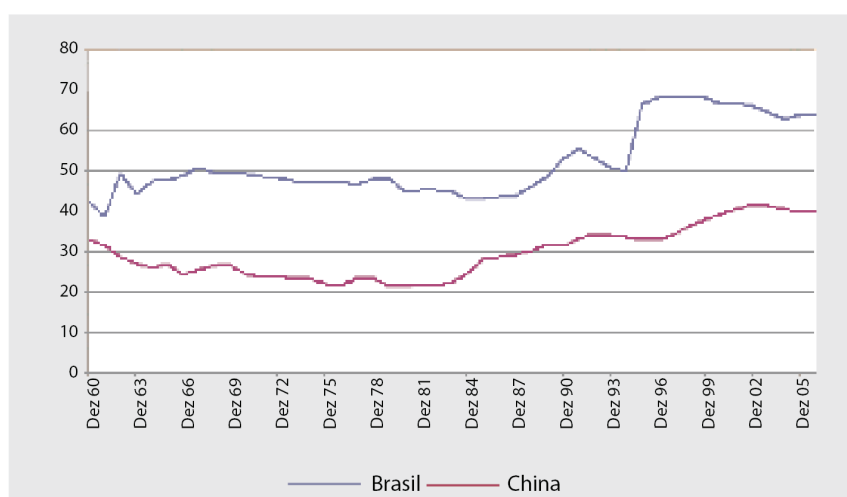
lhe garanta os investimentos em seu próprio território.

O povo chinês se vê, hoje, como uma potência econômica mundial e está disposto a vencer todos os obstáculos para atingir o seu objetivo principal de investir capital em países estrangeiros, meta que está fixada há décadas. Isso impulsiona a China a investir no mundo, como, por exemplo, no Brasil. O comércio entre os dois países aumentou de US\$ 9,1 bilhões a US\$ 36 bilhões no ano de 2009, o que faz da China o primeiro parceiro comercial do Brasil à frente dos Estados Unidos (2º lugar) e da Espanha (3º lugar). Só na Petrobras, a China investiu US\$ 10 bilhões. A maior parte dos IDEs chineses estão orientados para os recursos

naturais, como o petróleo, o minério de ferro e a soja etc., embora a tendência seja a diversificação de investimentos, como as montadoras de automóveis (Chery, Geely) que chegam ao Brasil, aumentando o volume do comércio exterior chinês, que pode chegar a 5,3 trilhões em 2020 (CBCDE, 2010, p.16).

1.2 Investimentos Diretos do Brasil na China

O Brasil é um país que faz parte do grupo de países BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), cuja sigla foi inventada por economistas do banco Goldman & Sachs motivados



Fonte: Dados do FMI, elaboração autor

Gráfico 5 – Evolução do valor agregado do setor de serviços (% PIB)

Tabela 2 – As origens geográficas dos IDEs da China

Taxa de imposto sobre as sociedades nos países de origem – Em bilhões US\$					
	2000	2001	2002	2003	%
Hong-Kong	15,5	16,7	17,9	17,7	17,5
Ilhas Virgens Britânicas	3,8	5,0	6,1	5,8	1,0
Japão	2,9	4,3	4,2	5,1	42,0
Coreia	1,5	2,2	2,7	4,5	29,7
Estados Unidos	4,4	4,4	5,4	4,2	40,0
Taipei Chinês	2,3	3,0	4,0	3,4	25,0
Cingapura	2,2	2,1	2,3	2,1	22,0
Samoa Ocidental	0,3	0,5	0,9	1,0	0,0
Ilhas Caimans	0,6	1,1	1,2	0,9	0,0
Alemanha	1,0	11,60	4,1	9,82	19,0
Total dos países acima	34,5	40,6	45,6	45,4	21,0
Total	40,7	46,9	52,7	53,5	
Em percentual do PIB	3,8	4,0	4,2	3,8	

Fonte: Base de dados CEICI, KPMG em 2004 e governos nacionais.

por um estudo da previsão dos países que poderiam ultrapassar aqueles atualmente mais desenvolvidos até 2050. O Brasil, por ser um país emergente que recebe IDEs, investe igualmente no mundo, como por exemplo, na China. Por enquanto, os IDEs brasileiros são relativamente baixos em relação aos da China no Brasil, devido às dificuldades para entrar no mercado chinês. Nos últimos anos, as cooperações bilaterais aumentaram e se intensificaram, facilitando a

entrada dos IDEs brasileiros, como é o caso da Petrobras e da Embraer, que já estão investindo na China.

Os dois países – Brasil e China – exportam também serviços, conforme é mostrado no gráfico 5. Observa-se que a curva do Brasil fica acima da curva chinesa de 1960 a 2005. Isso significa que o Brasil é mais desenvolvido que a China, pois os países desenvolvidos exportam mais serviços do que os países em desenvolvimento.

Tabela 3 – As origens geográficas dos IDEs do Brasil

	Dez 1995		Dez 2000		2001		2002		2001-2002	
País	Estoque	%	Estoque	%	Fluxos	%	Fluxo	%	Somatório fluxos	%
USA	10852	26,0	24500	23,8	4531	21,4	2614	13,9	7145	17,9
Espanha	251	0,6	12256	11,9	2763	13,0	587	3,1	3350	8,4
Holanda	1546	3,7	11055	10,7	1897	8,9	3348	17,9	5245	13,1
França	2031	4,9	6931	6,7	1908	9,0	1815	9,7	3723	9,3
Portugal	107	0,3	4512	4,4	1703	8,0	1019	5,4	2722	6,8
Inglaterra	1863	4,5	1488	1,4	407	1,9	475	2,5	882	2,2
Alemanha	5828	14,0	5110	5,0	1047	4,9	628	3,3	1675	4,2
Bélgica	558	1,3	657	0,6	112	0,5	34	0,2	0146	0,4
Itália	1259	3,0	2507	2,4	278	1,3	473	2,5	751	1,9
Japão	2659	6,5	2468	2,4	825	3,9	504	2,7	1329	3,3
Suécia	567	1,4	1578	1,5	54	0,3	205	1,1	259	0,6
Canadá	1819	4,4	2028	2,0	448	2,1	989	5,3	1437	3,6
Suíça	2815	6,8	2252	2,2	179	0,8	347	1,9	526	1,3
Argentina	394	0,9	758	0,7	---	---	---	---	---	---
Paraísos fiscais	4186	10,0	13502	3,1	3537	16,7	4095	21,8	7632	19,1
Outros países	4962	11,9	11415	11,1	1521	7,2	1621	8,6	3142	7,9
Total	41696	100,0	103015	100,0	21210	100,0	18754	10,0	39964	100,0

Fonte: Dados do FMI, elaboração do autor

2. A estratégia das Empresas Transacionais (ETN)

As Empresas Transnacionais ressaltam uma profunda reorganização do sistema internacional de produção, o que demonstra uma tendência à separação geográfica das atividades de produção ou de comercialização de bens e serviços em relação à constituição de cadeia de valores de produtos na escala internacional. Este modelo de produção constitui a essência do formato organizacional do sistema internacional de produção das ETN (UNCTAD, 2001).

É cada vez mais importante a visão que se tem das ETN nas redes internacionais de produção e nos processos de tomada de decisão em relação à distribuição espacial das funções produtiva e comercial dessas empresas. As transnacionais chinesas e brasileiras tendem a seguir este formato da nova ordem econômica internacional. Contudo, nem as transnacionais chinesas, nem as brasileiras conseguem figurar entre as 10 maiores empresas multinacionais, seja em volume de negócios, seja em postos de trabalho.

Tabela 4 – As Maiores Empresas Multinacionais em volume de negócios

Empresas Multinacionais	Empresas Multinacionais	V. Negócios externo Mil milhões US\$	Transnacionalidade Índice UNCTAD
1 Wal-Mart Stores USA	256,33	40,794	23.5
2 BP – Reino Unido	232,57	145,982	81.3
3 Exxon-Mobil Corporation-USA	228,88	141,274	65.1
4 General Motors – USA	185,52	48,071	27.9
5 Ford Motor Company – USA	164,20	54,472	47.4
6 Daimler-Chrysler AG-Alemanha	157,13	46,137	23.6
7 Toyota Motor – Japão	135,82	72,820	45.7
8 General Electric – USA	134,19	45,403	40.6
9 Royal Dutch/Shell (Holanda/R Unido)	133,50	114,294	62.4
10 Total Fina Elf – France	131,64	77,461	74.9

Fonte: PNUD (2004).

Tabela 5 – As maiores empresas multinacionais em postos de trabalho

Empresas Multinacionais	Nº total de postos de trabalho	Nº total de postos de trabalho
1 Wal-Mart Stores (EUA)	1 400 000	300 000
2 Siemens AG (Alemanha)	426 000	251 340
3 McDonald's Corporation (EUA)	413 000	237 269
4 Carrefour SA (França)	386 762	271 031
5 Daimler-Chrysler AG (Alemanha)	365 571	72 540
6 Ford Motor Company (EUA)	350 321	188 453
7 Royal Ahold NV (Holanda)	341 909	236 698
8 Hitachi Ltd (Japão)	339 572	83 478
9 Deutsche Post World Net (Alemanha)	327 676	108 609
10 Volkswagen Group (Alemanha)	324 892	157 887

Fonte: UNCTAD (2004b). Os dados são referentes ao ano de 2002

Na China e no Brasil, a produção que envolve conteúdo tecnológico é menor em relação aos países desenvolvidos, o que ocorre principalmente no Brasil. A produção brasileira se especializa na produção dos bens primários, pois as ETN que operam no Brasil concentram-se nas indústrias agroalimentares, químicas, de automóveis e de bebidas e, sobretudo, no setor de transformação dos recursos naturais.

3. Acesso ao mercado

O acesso aos mercados internacionais é uma questão muito delicada, pois está ligado ao problema das barreiras que

envolve o livre comércio e constitui dificuldades de acesso aos mercados mundiais. É um assunto bastante relevante para os países em desenvolvimento, como a China e o Brasil, pois grande parte do comércio internacional realizado por esses países sofre com as barreiras comerciais impostas pelos países importadores. Por exemplo, a União Europeia coloca as cotas de importação sobre os produtos chineses e, os Estados Unidos, sobre os produtos brasileiros.

A questão do acesso aos mercados internacionais opõe-se aos diferentes interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os interesses comerciais dos países desenvolvidos, no cenário internacional, são muito diferen-

tes de países como a China e o Brasil. É pertinente notar que os países desenvolvidos insistem para que as barreiras comerciais sejam eliminadas possibilitando o livre comércio dos itens, os quais têm desvantagem comparativa de custos. Exemplo disso é o setor da agricultura e o dos bens manufaturados (ver Apêndice A), por demandarem muitos recursos naturais, sem influência alguma sobre a definição das regras do comércio internacional, continuam a reclamar o estabelecimento das normas ou regras de comércio mais livres e justas.

Esta política de mercado dos países desenvolvidos contra os países em desenvolvimento faz com que as negociações sobre a agricultura da Rodada de Doha (Qatar) não cheguem a um resultado até hoje. As negociações multilaterais da Rodada de Uruguai (1986-1994) também não demonstraram muita firmeza, pois não conduziram aos resultados esperados dos países em desenvolvimento em relação ao livre comércio, e os países desenvolvidos continuam insistindo sobre o comércio de serviços, as IDEs e a propriedade intelectual (KRUGMAN, 1991). A relação do comércio mundial com os países desenvolvidos e em desenvolvimento impõe muitos obstáculos às exportações da China e do Brasil no mercado mundial.

Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi analisar comparativamente a evolução dos IDEs nos países emergentes dos continentes asiático e latino-americano, com foco na China e no Brasil, contrapondo os resultados dessa evolução à teoria dominante da abertura ao capital estrangeiro estar subordinada ao volume das transações comerciais e dos IDEs. Em oposição a essa teoria, a da Escola da Dependência defende a abertura da economia ao mercado externo como fator de dominação das economias periféricas nos países emergentes e em desenvolvimento. Compreende-se que não há consenso entre os economistas em relação a essas teorias.

A China e o Brasil são dois países emergentes da economia mundial e orientada para os investimentos diretos estrangeiros e o comércio internacional. A China é considerada a última grande nação do regime comunista e, ao mesmo tempo, é uma das grandes potências comerciais internacionais após a abertura do seu mercado. Esse país ultrapassou o Brasil em recebimento dos IDEs e em grau de abertura do seu comércio ao capital estrangeiro.

A ascendência econômica da China é explicada pela aplicação de políticas internas, como por exemplo, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) nos primórdios dos anos 80, iniciadas por Deng Xiao Ping após a morte de Mao na segunda metade dos anos 70. Na China, as ZEEs e ZDETs têm como objetivo principal atrair os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) e impulsiona o governo central chinês a tomar medidas que permitam às empresas reduzir os custos de investimento, de financiamento e de exploração, devido às políticas econômicas preferenciais nessas zonas geográficas.

No Brasil, existe a Zona Franca de Manaus. Apesar do seu papel na economia brasileira, ela não consegue atrair o volume de mais de 20% do comércio total de IDEs que as ZEEs e ZDETs alcançam na China.

Referências

KRUGMAN, P. Increasing Return and economic geography. *Journal of Political Economy*, nº 99, 1991.

SALAMA, P., VALIER J. *L'Economie gangrenée*. Paris: Ed. La Découverte, 1990.

UNCTAD. *World investment report: Transnational corporations, Employment and Workplace*. New York, Nations Unies, (2001, p. 85).

ZANTMAN, A., TROTIGNON, J. *Brésil: l'héritage de Fernando Henrique Cardoso*, 2002.

Bibliografia consultada

Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico. Volume do comércio exterior da China poderá chegar a USD 5,3 trilhões em 2010. Disponível em: <<http://www.cbcd.org.br/home/noticias>>. Acesso em: 12 de jun 2010.

FRENKEL, Roberto. Tipo de Cambio Real Competitivo, Inflacion y Política Monetária. *Revista de La CEPAL*. nº 96, pp. 189-199, Diciembre, 2008.

Gonçalves, Reinaldo. *Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005).

IBARRA, Carlos. La Paradoja del Crecimiento lento de México. *Revista de la CEPAL*. nº 95, p. 83-102, Agosto. 2008.

_____. *Competing with labour: skills and competitiveness in developing countries*. Issues Discussion in Development. Paper nº 31, Université des Nations Unies, 1994.

KOJIMA, K. The Allocation of Japanese Direct Investment and its Evolution in Asia. *Hitotsubashi Journal of Economics*, vol. 26, nº 2, p. 99-116, 1985.

KOSTERS, M. *Workers and their wages*. Washington D. C. The AEI press, 1944.

KRUEGER, A. Free Trade Agreement versus customs unions. *NBER, Working paper*, nº 5084, Cambridge, 1995.

KRUGMAN, P. *La Mondialisation n'est pas coupable: Limites et Vertus du Libre Echange*. La Découverte, Paris, 1998.

KRUGMAN, P. VENABLES, A. *Integration and the competitiveness of peripheral industry*. Dans Bliss C. et De Macedo J. (eds), *Unity with diversity in the european economy*, Cambridge University Press, 1990.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, vol. 45, nº 1, 1995.

OCDE. *La Chine dans l'économie mondiale, les enjeux de politique économique intérieure*. ed. OCDE, 2002.

_____. *La Chine dans l'économie mondiale, la gouvernance en Chine*. ed. OCDE, 2005.

_____. *La chine dans l'économie mondiale, la gouvernance en Chine*. ed. OCDE, 2006.

_____. *Examens de l'OCDE des politiques de l'investissement: Chine progrès et enjeux de la réforme*. ed. OCDE, 2004.

LLADSER, Antinéa. *Système financier et croissance endogène: une application à l'économie chinoise*, 2000.

MEDEIROS, C. A. *A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia*, mimeo, 2001.

MEDEIROS, C. A., SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. Seminário Internacional de Desenvolvimento no novo século, em homenagem ao centenário de Raul Prebisch. *Anais*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, setembro de 2001.

MIRANDA, J. C. Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990. Brasília: IPEA, *Texto para Discussão* n° 829, outubro de 2001.

MOREIRA, M. M., CORREA, P.G. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. BNDES, Departamento Econômico, *Texto para discussão*, n°49, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?* In: MORLEY, S.: "The income redistribution in Latin America and the Caribbean", Cepal, Santiago, Chile, 2001.

MOTTA VEIGA, P. Comércio exterior e inserção internacional da economia brasileira. Rio de Janeiro, FUNCEX, *Texto para Discussão*, n°24, janeiro de 1990.

_____. (1990b). Notas sobre política de ajustamento externo e estratégias de inserção internacional: algumas questões colocadas pela abertura da economia. Rio de Janeiro, FUNCEX, *Texto para Discussão*, n°24, fevereiro de 1990.

MUCCHIELLI, J. L. *Multinationales et mondialisations*. Editions du Seuil, 1999.

_____. Les Firmes Multinationales: mutations et nouvelles perspectives. *Economica*, Paris, 1985

PIN, Jean-Louis. L'ouverture économique de la Chine 1978-1999. Au profit de qui? *Notes et études documentaires* n° 5090.

SALAMA, P., VALIER J. *Des nouveaux paradoxes de la libéralisation en Amérique Latine*, 2001.

_____. Mondialisation et inégalités: enseignements à partir des pays de l'Amérique Latine. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n° 41/42, p. 39-66, 2000.

_____. *Du productif au financier et du financier au productif en Asie et en Amérique Latine*. Rapport du Conseil d'Analyse Economique sur le Développement, ed. La Découverte, Paris, 2000.

_____. *La pauvreté prise dans les turbulences macro-économiques*, 2001.

_____. *La apertura revisitada: critica y empirica del libre comercio*, 2005.

_____. Pourquoi une telle incapacité d'atteindre une croissance élevée et régulière en Amérique Latine? Une actualité de la pensée de Celso Furtado, 2005.

_____. *Le défi des inégalités: Amérique Latine/Asie: une comparaison économique*, ed. La découverte 2006.

SHI, Yunnan., HAY, F. *La Chine: forces et faibles d'une économie en expansion*. ed. Presse Universitaire de Rennes 2006.

SHI, Ling Ying. L'intégration dans le commerce mondial et son adhésion dans l'OMC, 2004.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro, uma economia política da organização*. 3a edição, ed. Vozes, Petropolis, 1997.

TSAI, P. L. *FDI and inequality: further evidence*. World development, vol. 23, n° 3, 1995.

CNUCED: World investment report: Multinationals: engines of growth. New York, Nations Unies, 1996.

VALENCIA, B. H. *Globalizacion: El proceso real y financiero*. ed. Felipe Barrera Osario, 2004.

VERNON, R. (1966). *International investment and international trade in the product cycle*. Repris dans J. H. Dunning (eds), international investment, Penguin Modern Economics Readings, Australie, 1972.

VIDAL, G. *Alca: proceso de integracion y regionalizacion en América*. ed. Miguel Angel Porrua, 2006.

WANG, Y. T., TSAI, P. (1996) The welfare impact of Foreign Direct Investment in an Economic Region. *Journal of Economic integration*, 11 (1), March, p. 33-46.

WILLIAMSON, J. Is Brazil Next? *International Economics Policy Briefs*, I.I.E., août, 2002.

ZANTMAN, A. Le Plan Collor dans l'œil du cyclone: de l'hyper-inflation à l'hyperstagflation? Problèmes d'Amérique latine, n° 97, *Documentation française*, Paris, 1990.

_____. Un nouveau plan de stabilisation... Pour quoi faire?, Problèmes d'Amérique latine, nouvelle série n° 9, avril-juin, *Documentation française*, Paris, 1993.

Notas

¹ Os dados sobre o desemprego da China não estão disponíveis no banco de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

² Meta inflação significa controlar a inflação com a taxa de juros, quando se percebe que a inflação está subindo, aumenta-se a taxa de juros para frear ou abaixar, aumentando assim o poder aquisitivo da população.

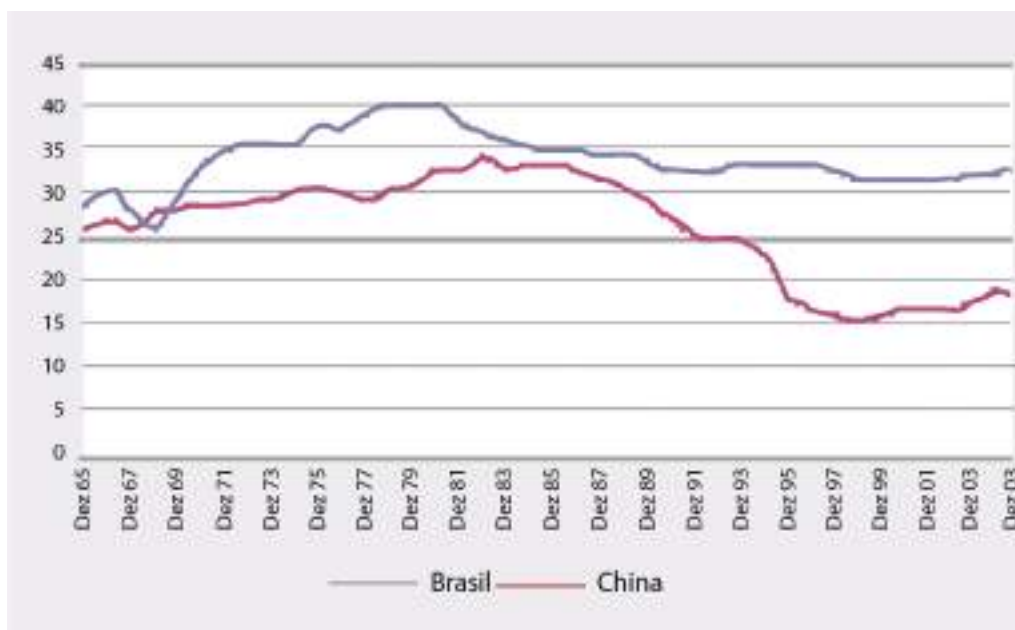
Recebido em 13/06/2011

Aprovado em 05/03/2012

Apêndice A - Valor agregado dos bens manufaturados em % do PIB

O Gráfico demonstra o valor agregado dos bens manufaturados em porcentagem do PIB da China e do Brasil e a diferença da evolução das curvas desses países. Considera-se que, entre 1967 e 1969, há uma queda do valor agregado dos bens manufaturados da China em relação ao do Brasil.

A partir de 1969, a curva da China ultrapassou a do Brasil em relação ao valor agregado até 2005. Isso é explicado pelo expressivo grau de abertura econômica da China ao capital estrangeiro, conduzindo a uma igualmente expressiva de entrada dos IDEs, o que não é o caso do Brasil, pois as orientações de políticas industriais deste país são diferentes.

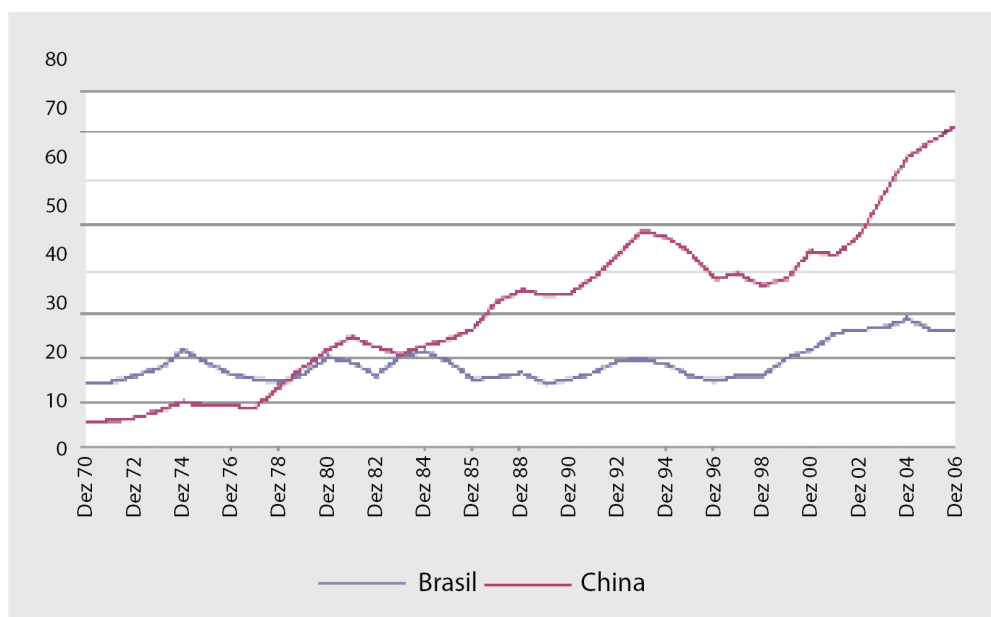


Fonte: Dados do FMI, elaboração autor

Apêndice B - Evolução do comércio total (%) PIB- China-Brasil – 1970- 2006

O gráfico indica que no Brasil quase não há políticas industriais devido às políticas macroeconômicas que não favorecem investimentos elevados para acelerar o crescimento, como é o da China. A taxa de juros é muito

mais elevada no Brasil do que na China, o que é um dos fatores importantes para desmotivar o investidor estrangeiro.



Fonte: Dados do FMI, elaboração autor